

ADVERSO

ANO II — N.º 8 — MAIO, 1989.



Rosane Talayer de Lima

GREVE:

A UNIVERSIDADE NÃO PODE PARAR

No Encarte:
"TEMPOS DE GOULART"

RU's

Henri Bigatti - Coordenador do DCE

A nossa avaliação referente ao aumento do RU em 2.500%, passando a NCz\$ 0,25 por refeição, leva em consideração não o valor em si, nem o ônus acarretado aos "bolsos" dos estudantes, mas o significado político deste aumento: lógica desenvolvida pela Reitoria na busca de solução para a grave crise de verbas. Uma política que implementa, na prática, a privatização da Universidade que, ao invés de lutar por mais verbas junto ao Governo Federal, trava uma batalha aberta contra a comunidade e principalmente contra os estudantes. Assim, a Reitoria tem agido desde que assumiu a gestão da Universidade. Essa direção não foi legitimada pela comunidade, mas sim pelo Governo Sarney, que é o maior responsável por esta crise que atravessa a Universidade Brasileira.

É neste regime de miséria, fome e dependência externa, que um senhor chamado Gerhard — parido do Governo Federal — sem nenhuma ligação com o movimento docente, candidata-se a Reitor, com um programa "dito" democrático e, logo em seguida, atropela toda uma eleição e garante a sua posse através de uma política de Choque. Agora é fácil este Senhor dizer que precisa aumentar os RU's e cobrar taxa de matrícula para "Salvar a Universidade". Nós não acreditamos nisto, estes senhores estão acabando com a Universidade e, num futuro não muito distante, esta política nos levará ao ensino pago. Foi o que Pinochet conseguiu no Chile, transformar a Universidade Pública e Gratuita, em Pública e Paga.

Somos, radicalmente, contra esta lógica que transfere responsabilidades do Estado, de garantir o ensino gratuito nas instituições federais, para o bolso dos estudantes.

A saída é a luta. É a subversão desta ordem, que nos impõe uma lógica diametralmente oposta às nossas necessidades. É a luta da comunidade conjuntamente com os sindicatos da classe trabalhadora, contra este governo e esta política econômica.

Dinheiro existe. O Brasil é a oitava potência industrial do mundo. Neste ano serão pagos 18 milhões de dólares aos banqueiros internacionais. Com uma pequena parcela deste dinheiro acabaríamos com a crise financeira das Universidades.

Acreditamos na vitória do nosso movimento, na derrocada do ensino pago. E aí, só temos a aprender com os trabalhadores, que respondendo ao governo, realizaram a maior GREVE GERAL dos últimos tempos. E mais recentemente, em greves por categoria (Bancários, Professores, Servidores Federais, etc...), que lutam para arrancar as reposições salariais perdidas no último PLANO VERÃO, ou melhor, LADRÃO.



CARTAS

Dirijo-me ao colega para, como Chefe do Gabinete do Reitor, tecer algumas considerações em bem da verdade e apresentar um sério protesto em relação à matéria publicada no Jornal ADVERSO no mês corrente.

Como o colega sabe, lemos sempre com interesse esta publicação de nossa Associação e, como temos pontos em comum e pontos discordantes, aceitamos como perfeitamente normais críticas do ponto de vista político e administrativo. Várias vezes a Administração atual se sentiu injustificada ou pelo menos, incompreendida, mas preferiu responder com atos e realizações, ao invés de se lançar à simples polêmica verbal.

Desta vez, porém, o Jornal ADVERSO cometeu um excesso, que não pode passar sem um forte protesto, e que não deveria ficar acobertado pela irresponsabilidade de uma matéria sem assinatura. Refiro-me especificamente à matéria intitulada "Contador Punido é Cargo de Confiança de Gerhard" da última página desta edição, ilustrada com a figura dos Irmãos Metralha, os famosos ladrões das criações de Walt Disney.

Ora, todos sabem, inclusive a direção da ADUFRGS, que o referido contador não cometeu qualquer ato de improbidade e nem praticou qualquer crime, como insinua, maldosamente, a publicação. Em nenhum momento sofreu ele punição de caráter penal. Os atos de improbidade e os crimes

relacionados com o patrimônio da Associação dos Servidores foram praticados por outras pessoas, aliás, bem conhecidas, e que não pertencem à atual administração. A notícia confundiu deliberadamente as coisas, para causar a impressão de que servidores desonestos estão sendo aproveitados na atual gestão da UFRGS, o que, manifestamente, não é verdade.

A matéria, porém, continua, e numa levandade totalmente irresponsável afirma, em formulação extremamente ambígua, que "este é um bom exemplo sobre em que mãos está colocada a Universidade. Tal generalização injuriosa não pode deixar de ser retificada.

Impõe-se, assim, uma retratação, para que a distorção dos fatos não substitua a realidade e não prevaleçam, como verdadeiras, acusações e suspeitas absolutamente inverídicas e que só a irresponsabilidade jornalística ou a exasperada paixão política poderiam talvez explicar. A recomposição da justiça está a exigir que a retratação seja feita por escrito, com o mesmo destaque que foi dado à desastrosa matéria jornalística.

Só respeitando a verdade é que se poderá manter um bom nível de relacionamento entre a Reitoria e a Atual Diretoria da ADUFRGS, o que, creio, todos desejamos.

Aguardando as providências solicitadas, despeço-me cordialmente.

Álvaro L. M. Valls —
Chefe do Gabinete do Reitor

EDITORIAL

Após dois anos do encerramento da última greve nacional de docentes das IES federais, novamente as Universidades Públicas estão paralizadas. Paradoxalmente, numa situação pior do que aquela em que estavam no momento da deflagração da greve de 1987. As conquistas de então não foram suficientes para reverter a política de depreciação do ensino superior público. A perda acumulada de metade do poder aquisitivo dos salários, a partir de janeiro de 1989, praticamente inviabiliza as vantagens advindas do novo Plano de Carreira. Os incentivos ao aperfeiçoamento docente, a discussão e implicação de um sistema criterioso de avaliação do trabalho docente para progressão na carreira, perde o sentido diante de um nível salarial que não comporta diferenças significativas. Por outro lado, o rebaixamento geral dos salários cria condições para a introdução de políticas salariais diferenciadas entre as várias IFES, tal como pretendido pelo Projeto GERES. As constantes declara-

ções do secretário da SESU, interpretado a Autonomia, apontam neste sentido.

No entanto, a maior ameaça é representada pelos valores do orçamento de OCC para este ano. O cinismo chega a tal ponto que a própria SESU está solicitando às Reitorias a lista dos materiais "indispensáveis" para o funcionamento das IFES até o final do semestre letivo.

Já temos nossa resposta à SESU: para que as Universidades possam funcionar em 1989, são necessários NCz\$ 1.280.000.000,00 para OCC, imediata contratação dos professores já concursados e abertura de novos concursos, segundo as necessidades de cada IFES, 95,55% de reposição salarial para os docentes e igual nível para os técnicos-administrativos, aposentadoria integral e carreira unificada para os docentes de 1º, 2º e 3º graus das IFES. Ou isto, ou a greve continua. Quanto às migalhas, o MEC faça o uso que melhor lhe aprouver.

A Diretoria da ADUFRGS e a Comissão Editorial do Jornal ADVERSO assinam todas as matérias publicadas. Tanto isto é verdade, que o prof. Álvaro Valls soube a quem se dirigir para contestar a referida matéria. Com relação à afirmação de que "o referido contador não cometeu nenhum ato de improbidade e nem praticou qualquer crime", ressaltamos que a matéria, em nenhum momento, se refere a um crime civil, mas de uma punição a um profissional, realizada por um órgão de classe. A prova está no ofício nº 170/87 do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, onde consta a homologação de "suspensão do exercício profissional" do referido contador. O mesmo foi punido, pelo prazo de seis meses, devido a "irregularidades de escrituração e inexecução de serviços contratados", conforme o ofício.

Com relação aos parágrafos finais, a ADUFRGS reconhece que a generalização foi indevida.

EXPEDIENTE

ADVERSO — Jornal da ADUFRGS (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sede: Av. João Pessoa, 409 — 3º andar
— Fone: (0512) 26.2719

DIRETORIA

Presidente: Sérgio Nicolaiewsky
1º Vice-Presidente: Renato de Oliveira
2º Vice-Presidente: Antonio Claudio Nuñez
1ª Secretária: Leda Gobetti
2ª Secretária: Maria Júlia Lopes
1º Tesoureiro: Darci Campani
2º Tesoureiro: Joacir Medeiros
Suplente: Adroaldo Gaya
Suplente: Rosemari de Oliveira

ADverso

Comissão editorial:
Renato de Oliveira
Marta Júlia Lopes
Eloísa Santos
Mário Cabeda
Maria Assunta Campilongo
Joacir Medeiros

Redação e edição: Raquel Ritter Longhi — RG nº 5922/23/32 RS
Diagramação: Pedro Sosa

Mariceia Benetti (capa)
Composição, montagem e fotolito:
Gráfica Fundação da Produtividade.
Fone 22.7756

Francisco Miraglia - presidente da ADUSP/SP

A Universidade pensa sua elite e se mobiliza. O artigo do professor Francisco Miraglia, presidente da Associação dos Docentes da USP, traça uma estratégia de ação para o Movimento Docente, baseada na experiência da ADUSP.

Nor do I hold with those who regard it as presumption if a man of low and humble condition dare to discuss and settle the concerns of princes; because, just as those who draw landscapes place themselves below in the plain to contemplate the nature of the mountains and of lofty places, and in order to contemplate the plains place themselves high upon the mountains, even so to understand the nature of the people it needs to be a prince, and to understand that of princes it needs to be of the people.

Nicolo Machiavelli

Na dedicatória de “O Príncipe” a Lorenzo de Médici, Florença, 1513

“Il est plus facile de s’élever un temple qui de faire descendre l’objet du culte”

L’Innomable
Samuel Beckett

Em uma sociedade marcada por desigualdades sociais, econômicas e políticas profundas como a nossa, é claro que a Universidade e a esfera cultural em geral estão inseridas na estratégia das classes dominantes para aprofundar a alienação, a dominação e a exploração do trabalho. Como instrumento de formação de profissionais de diversas especialidades assim como do corpo de produtores de ciência básica e tecnologia, é importante para este projeto incentivar e manter dentro da Universidade relações sociais de poder e de trabalho que minimizem a geração de elaborações críticas acadêmicas, social e politicamente contextualizadas, tanto a nível do ensino quanto da pesquisa ou extensão. Concomitantemente, são os interesses da acumulação do capital e da manutenção ou crescimento da taxa de lucro — intencionalmente confundidas com um desenvolvimento social, econômico e político mais justo — aqueles tomados, a partir do poder institucional, como eixos e balizas das atividades universitárias consideradas como “produtivas” e de “interesse social”. É a tentativa de empresariamento da Universidade Pública, que propõe a progressiva privatização do ensino, patrocina a privatização da produção de conhecimento, a manutenção de estruturas autoritárias de decisão no seu interior e uma administração ao mesmo tempo cartorial e tecnocrática. Esta política inclui também o arrocho de salários determinando a necessidade da nossa luta constante para manter padrões mínimos de remuneração e investimento. Luta indispensável para preservar o patrimônio público que, mesmo com as limitações e necessidades de aprimoramento que todos conhecemos, as Universidades Públicas, especialmente as Paulistas, representam, fruto do esforço e dedicação de parcela significativa dos que nelas estudam e trabalham.

É claro que este projeto que tem expressões econômicas, políticas e culturais globais encontra resistência, originária primordialmente dos movimentos sociais organizados autônomos do aparato institucional e com perspectiva popular e progressista. Na Universidade, o movimento organizado de docentes através das Associações de Docentes e da ANDES — Sindicato Nacional, o movimento estudantil e o de funcionários constituem forças vivas contra a consolidação do projeto dominante, produzindo e lutando por alternativas progressistas que levem em conta a responsabilidade da Universidade no encaminhamento dos graves problemas sociais que afligem a maioria da população brasileira. Há para estas forças, no entanto, dificuldades no travar esta luta que precisam ser entendidas e que se originam no avanço mesmo do projeto de empresariamento da esfera

cultural e da Universidade. Um destes empecilhos é o esvaziamento intelectual da Universidade.

No esforço para instrumentalizar as Universidades Públicas apenas aos interesses do capital, se torna importante patrocinar o seu enfraquecimento intelectual, concebendo-se muito mais como aglomerado de especialistas do que organizações articuladas de intelectuais. Este aglomerado de especialistas com remuneração média real sempre insuficiente, impossibilitados de participar efetivamente da discussão e deliberação global das metas e diretrizes da atividade acadêmica e científica, pela própria natureza dos órgãos institucionais dentro e fora da Universidade, se tornam presa inevitável da necessidade de buscar financiamento para pesquisa sob o risco de ter que mudar substâncias e diretrizes de suas investigações para continuar trabalhando. Alimentado pelo “Publish or Perish” é mantido um contingente considerável de cérebros — e a custos bem módicos — cuja atividade pode ser dirigida via a injeção de recursos cuja sede de decisão se encontra no aparelho do Estado ou em agentes de conglomerados empresariais. Embora não esteja formalmente proibido, a atmosfera não é propícia à reflexão sobre a natureza do trabalho universitário, seu papel e lugar no contexto social no qual estamos inseridos. Desqualifica-se constantemente a esfera pública e a discussão aberta como foro da sintetização e articulação de conhecimentos e reflexões, de saber, enfim, rementendo esta atividade intelectual por excelência para fora do cotidiano acadêmico e muito freqüentemente da própria Universidade. Destruida a interação entre agentes produtores de cada conhecimento, remetidos cada um para o seu laboratório, o seu canto de especialidade, promove-se uma atmosfera de alienação facilitadora do exercício político do controle e direcionamento do trabalho de cada um e de todos, minimizando a possibilidade de contestação e de organização e luta. A atividade acadêmica e científica pode até ser intensa. Mesmo assim podem crescer o esvaziamento do saber crítico e as dificuldades de luta por alternativas progressistas e democráticas de exercício de poder e salários melhores.

O início de reversão deste processo passa pela democratização das estruturas decisórias da Universidade e envolve a nossa permanente atenção com salários e verbas. É imperioso que alunos, professores e funcionários participem de forma efetiva dos organismos decisórios da Universidade de forma a propiciar a reconstituição do tecido de interações, debate e deliberações que sustenta o crescimento intelectual e cultural da UNIVERSIDADE que queremos Autônoma, Democrática, Crítica e Competente. Não se trata de contrapor atividade acadêmica e científica de excelência a democracia, como querem alguns. Pelo contrário, trata-se de efetivamente obter atividade científica e acadêmica de excelência, exigindo também o espaço de sua defesa, sustentação e integração pelo exercício amplo e participativo de rigor na análise socialmente contextualizada do trabalho universitário. É fundamental também que professores e funcionários tenham remuneração adequada e com poder aquisitivo real estável para garantir, de um lado, autonomia real no trabalho de produção de conhecimento e de outro, a preservação dos quadros que possuímos e a geração de novos.

O binômio Democracia e Salário codifica portanto os eixos que, embora históricos, permanecem centrais na luta da ADUSP para a construção de uma Universidade científica e intelectual viva, onde vicejem a liberdade de crítica, expressão e reflexão, envolvida com o compreender e encaminhar das grandes questões sociais brasileiras.

EM JUNHO, I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A ANDES — Sindicato Nacional, junto à CNTE, FASUBRA, UNE e UBES vai realizar, de primeiro a quatro de junho, em Brasília, o I Seminário Nacional de Educação.

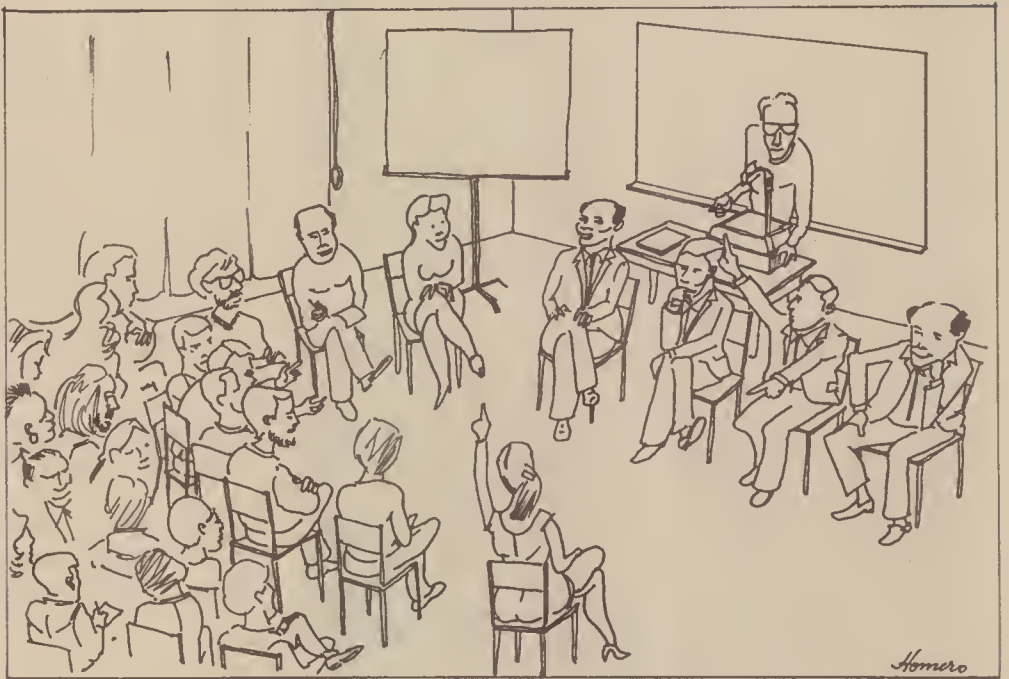
A realização do Seminário, uma proposta aprovada durante o 89 Congresso da ANDES — Sindicato Nacional em fevereiro último vai ter um objetivo específico: a discussão da LDB. Sobre isto, a coordenação do evento já está preparando um documento base que deve ser entregue aos participantes até 15 de maio.

O I Seminário Nacional de Educação será estruturado em mesas-redondas e painéis sobre os temas propostos. Haverá discussões em grupos mistos, por temas, que depois serão levados à plenária para encaminhamen-

to. Cada entidade promotora terá 50 delegados. As entidades convidadas (ANPED, CEDES, SBPC, SINPROS, SAES e Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) indicarão seus representantes.

Na preparação do Encontro, os coordenadores sugerem que os delegados das diferentes entidades promotoras que estejam próximos, se reúnam com antecedência, para discutir os temas do Encontro e enviar as resoluções e propostas à Coordenação de Política Educacional da ANDES — SN, coordenada pela professora Maria Luiza Martins Aléssio.

Dia 30 de maio haverá uma reunião preparatória ao Seminário com todos os delegados. A programação deve ser remetida às AD's brevemente.



PERSONÁLIA

EVOCAÇÃO DE ANGELO RICCI

Flávio Aguiar

Conheci Angelo Ricci em 1966, quando entrei no curso de Letras da Faculdade de Filosofia, em Porto Alegre. O regime implantado com o golpe de 10 de abril de 1964 começava a se consolidar, e nos dávamos conta de que aquilo que se pensava ser uma aventura passageira e sem base social teria conseqüências e cicatrizes permanentes em nossas vidas. Em 1964, poucos dias depois do golpe, eu e um colega procuramos uma professora de história do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, onde estudávamos. Ela — que seria uma das tantas expurgadas — nos advertiu de que deveria se seguir um período muito longo de perseguições ferozes à liberdade. Sua visão se confirmava, e rápido. Em 1965 houve as primeiras manifestações de estudantes nas ruas de Porto Alegre, depois das que se seguiram à deflagração do movimento armado: tudo selvagememente reprimido.

O prof. Ricci encarnava o *ethos* do antigo professor de cepa liberal. Humanista, austero, elegante, buscava inspiração nas idéias do filósofo Benedetto Croce e, creio, imaginava, enquanto professor universitário, que a academia poderia ser um refúgio protegido das inapeláveis contradições sociais e do cerco que sobre ela começara a se fechar. O Golpe de 1964 e o regime subsequente, com a sua política de destruição do espírito público, de delações forçadas ou consentidas, de embrutecimento cultural, se encarregou de apagar aquele *ethos* ou de reduzi-lo a farrapos no Estado brasileiro. Enquanto isso, fiel a seus princípios, o professor Ricci montara um curso de Teoria Literária baseado no estudo dos gregos, na importância da construção da teoria dos gêneros literários e na periodologia da literatura grega, apontando, de

modo discreto, porém perene, para o fato de que a história da literatura de um povo era a história da construção de um esforço civilizatório.

Algum tempo depois de eu ter entrado na Faculdade, enquanto a cadeira de Teoria Literária organizava um conjunto de traduções de livros da Teoria do Romance, sob orientação do Prof. Dionísio de Oliveira Toledo, assistente do Prof. Ricci, este veio a ser indicado diretor da instituição. Os protestos e as repressões se acumulavam e se esparramavam pelas ruas de Porto Alegre. Estudantes foram espancados fora e dentro da Catedral Metropolitana, com um certo beneplácito do cura por ali presente. Em São Paulo, Rio e Belo Horizonte o movimento estudantil, sufocado, começava a adernar para o confronto armado, construído pelos grupos egressos fragmentariamente da velha política de compromisso populista do PC e pelo desenvolvimento da Ação Popular, que saía da vocação religiosa inicial para a aventura militar. Assumindo a diretoria, o Prof. Ricci tinha planos de transformar a Faculdade de Filosofia num centro de irradiação cultural — trazendo inclusive professores de outros centros. Contava também apaziguar o movimento estudantil com o envolvimento nessas atividades, fazendo assim a Faculdade escapar ao redemoinho em que ia despencar-se.

Certo dia, alguém pendurou um cartaz de protesto contra a ditadura na traseira da caminhonete da Faculdade. O professor Ricci saiu com ela e foi ao centro da cidade, sem se dar conta do que levava. Foi detido e o resultado foi um escândalo. Mas o professor logo se convenceu do que o Centro Acadêmico nada tinha a ver com tal iniciativa, que ele considerou um desacato, e as relações entre direção e Centro, embora abaladas, continuaram tensas e cor-

diais. Em 1968 os estudantes tomaram pela primeira vez a Faculdade. A ocupação durou 24 horas, e depois rumaram em passeata para o centro da cidade, onde seguiu-se uma batalha campal de várias horas e muita pancadaria. Lembro-me de ver os brigadianos entrarem pela Rua da Praia afora, a cavalo, sabre na mão, batendo de fio e ponta.

Fato semelhante, em 1969 — quando eu já não vivia mais em Porto Alegre — serviu de motivo para a cassação do Prof. Ricci, uma vez que ele se recusou a acobertar a ação da polícia ao reprimir os estudantes. Na repressão subsequente houve várias perdas para a Faculdade de Filosofia. A cadeira de Teoria Literária desapareceu nas cassações. O departamento de Filosofia foi praticamente destruído. O protesto pela cassação do Prof. Ricci, e que levou outros à cassação, foi talvez nessa história dos primeiros anos da ditadura, a última manifestação coletiva de importância dentro daquele caráter do professor universitário a que antes me referi.

Tornei a encontrar o Prof. Ricci em São Paulo, alguns anos depois. Nessa época eu começava a ensinar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, também duramente atingida pela repressão e praticamente desmantelada pela reforma universitária em 1970. Num movimento de coragem e independência, o diretor da Faculdade, o Prof. França, seguindo orientação da sua Congregação, convidou o Prof. Ricci para fazer parte da banca de livre docência do Prof. Boris Schnaiderman, cujo trabalho versava sobre tradução de obra de Dostoiévski. O Prof. Ricci estava empregado na Editora Abril, onde era carinhosamente chamado de “o professor” e, embora guardasse amargura pela cassação, não se mostrou muito ressentido. Na sua

fala, aqui e ali, despontavam acusações de irresponsabilidade ao movimento estudantil cujos confrontos com a ditadura haviam, segundo ele, provocado a situação em que ele havia sido cassado. Como sempre, as relações do Prof. Ricci com o movimento estudantil eram tensas e cordiais.

A atuação do Prof. Ricci na banca do Prof. Boris Schnaiderman foi intensa e cheia de interesse. Falou muito, com característica desenvoltura, sobre a tradição da sátira menipéia. Durante aqueles breves momentos foi dado contemplar, a quem ali estava, o renascimento do antigo *ethos* universitário em versão sóbria e digna. Foi como se por instantes vivêssemos fora do universo da ditadura, da repressão e da tortura institucionalizada. Logo depois, no entanto, as dificuldades retornaram. O professor França afastou-se da direção, pressionado por órgãos de segurança de São Paulo: entre os motivos alegados estava o convite ao Prof. Ricci, um cassado. Havia um desejo de submeter permanentemente a Faculdade de Filosofia da rua Maria Antônia e o pensamento crítico de toda espécie. O prof. Ricci participou daquele momento de afirmação de dignidade e autonomia, gesto que, de certo modo, resumia a sua força e o seu destino.

Não o vi mais. Tempos depois recebi a notícia de sua morte, num acidente de carro na avenida Marginal, em São Paulo. Sei que morreu triste pelo seu afastamento forçado da vida universitária, e em particular da Faculdade de Filosofia da UFRGS, a quem dera muito de sua vida. Espero que a dignidade com que enfrentou as contradições de seu tempo e a injustiça organizada da vida intelectual brasileira lhe tenha servido de apoio naquela hora difícil e definitiva.

Ações judiciais

A ADUFRGS vai promover, através de sua Consultoria Jurídica, duas ações judiciais. A primeira delas visa obter as diferenças salariais resultantes da supressão do reajuste de fevereiro com base na variação da URP pelo Plano Verão. A medida provisória nº 32, que inaugurou o Plano Verão, congelou os salários, frustrando o reajuste previsto para o mês de fevereiro, que já constituía direito adquirido.

A segunda ação visa a obter a correção monetária dos atrasados relativos às progressões deferidas pela Universidade em janeiro em 1989. A Universidade atrasou as progressões a que os professores tinham direito a partir de 19 de abril de 1987, data em que entrou em vigor o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos — PUCRCE e quando concedeu as progressões, pagou os atrasados desatualizados. A esta ação, têm direito somente os celetistas.

AÇÕES EM ANDAMENTO

As ações cautelares ajuizadas durante o ano passado não alcançaram seu objetivo, embora a maior parte delas tenha sido julgada procedente em primeira instância, em face da posição

assumida pelo Tribunal Federal de Recursos, que concedeu aos entes estatais as medidas visando impedir a efetivação das medidas cautelares.

É oportuno esclarecer que, com a liberação do reajuste de abril de 1988 (a URP de abril) no mês de agosto/88 e do reajuste de maio (URP de maio) em novembro de 1988, as diferenças salariais cessaram a partir deste mês (novembro/88).

Estão pendentes de pagamento, portanto, as diferenças salariais vencidas de abril a novembro de 1988. Estas diferenças estão sendo disputadas através de reclamatórias trabalhistas para os celetistas ou de ações ordinárias para os estatutários. Ditas ações são muito demoradas (vários anos), em face do empreendimento do Poder Judiciário, desaparelhado para atender o volume demandas gerado pelas reiteradas violações da Lei e de normas constitucionais pelo Poder Executivo.

Em face das experiências colhidas com o ajuizado de ações cautelares no ano passado, decidimos não mais tentar estas medidas ao postular o reajustamento relativo à URP de fevereiro do corrente ano.

As procurações estão à disposição na ADUFRGS. O prazo de entrega é até 31 de maio, na sede da ADUFRGS, das 12 às 18 horas.

“CASA DO POVO”
FECHA SUAS PORTAS
PARA O POVO

A ADUFRGS convocou um Ato Público para a noite de 13 de abril, que seria realizado no auditório da Assembléia Legislativa. Com todos os detalhes acertados, inclusive tendo sido enviados centenas de convites a personalidades e entidades, na manhã do dia 13, enquanto a comunidade universitária se reunia, o presidente da AL, deputado Gleno Scherer, decidiu fechar as portas da “Casa do Povo”. O motivo, segundo o deputado, seria o de impedir que os colonos que se manifestavam defronte à Assembléia, a “invadissem”.

Um ato anti-democrático e autoritário, que prejudicou todas as manifestações de protesto que se realizavam naquele dia. Diante da impossibilidade encontrar, em última hora, outro local para o Ato Público, foi decidido manter a convocação.

Alguns convidados, como os deputados Raul Pont e Selvino Heck,

do PT, o vice-reitor da UFPel, Luis Henrique Schuch, e o presidente da Regional Sul da ANDES-SN, Luiz Paiva Carapeto, chegaram ao local do Ato, e encontraram, à frente das portas fechadas, os organizadores e demais convidados. O movimento estava esvaziado, as portas da Casa do Povo fechadas. Por pressão dos deputados estaduais ali presentes, entretanto, e, diga-se de passagem, quando os colonos sem terra não representavam mais uma “ameaça”, a presidência da Casa resolveu abrir suas portas. Tarde demais. Com um ato público bastante esvaziado, os docentes, estudantes, funcionários e convidados presentes à Assembléia resolveram não realizar o ato naquele local. A manifestação foi no Sindicato dos Bancários, onde se encontravam os colonos sem terra, como forma de solidariedade àquele movimento.

Rosane Talayer de Lima



Ato de apoio aos colonos, no Sindicato dos Bancários

Universidade Santa Úrsula
desrespeita a lei

Num flagrante desrespeito à legislação trabalhista e educacional, a Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro, não anulou a demissão da professora Maria da Glória Ribeiro da Silva (Glorinha), como determinou a liminar concedida pela Justiça carioca no dia 24 de janeiro último. Glorinha, 2ª vice-presidente da ANDES — Sindicato nacional, e, por isso, detentora de estabilidade, foi demitida indevidamente pela USU, em dezembro último. Em janeiro, a 22ª Junta de Conciliação e Julgamento, no RJ, determinou a suspensão da medida, apoiada no preceito constitucional de estabilidade dos dirigentes sindicais.

A Universidade Santa Úrsula, além de não acatar a decisão judicial, demitiu as professoras Maria Cecília Oliveira Machado, chefe do Departa-

mento de Psicologia, e Maria Eugênia Nabuco, coordenadora do Serviço de Psicologia Aplicada, departamento a que pertence Glorinha. Elas foram demitidas porque, no exercício de suas prerrogativas acadêmicas, mantiveram a carga horária da dirigente da ANDES-SN.

A ANDES-SN levou a questão ao Ministro da Educação e ao secretário de Ensino Superior do MEC, e está levando o caso à OIT — Organização Internacional do Trabalho, em Genebra.

Na Universidade Santa Úrsula, a ANDES-SN tem realizado manifestações com estudantes e professores, com o objetivo de exigir da Reitoria e Chancelaria da USU o fim da escalada de violência movida contra o corpo docente da Instituição.

NOVOS SÓCIOS

Professores da UFRGS, da Escola Técnica de Comércio e do Colégio Aplicação que ainda não se associaram à ADUFRGS, poderão encaminhar a proposta encartada nesta edição à Av. João Pessoa, 409, CEP 90040 - Porto Alegre. Informações no local ou pelo telefone (0512) 26.2719.

PROPOSTA DE SÓCIO

PROPOSTA DE SÓCIO Nº: _____ CATEGORIA: _____

NOME: _____

UNIDADE: _____ DEPARTAMENTO: _____

CATEGORIA FUNCIONAL: _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL: _____

TELEFONE: _____ ENDEREÇO COMERCIAL: _____

TELEFONE: _____

DATA: _____ ASSINATURA _____

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.

GREVE: A UNIVERSIDADE NÃO PODE PARAR

Os docentes da UFRGS decidiram entrar em greve a partir de oito de maio, acompanhando o movimento nacional de mobilização das IFES — Instituições Federais de Ensino Superior. A assembléia geral que deliberou a greve, contou com mais de 300 docentes, que lotaram o Salão de Atos II da Reitoria, dia cinco de maio.

Acompanhando o movimento nacional de mobilização das IFES — Instituições Federais de Ensino Superior levado pela ANDES-SN, os docentes da UFRGS estão em greve a partir do dia oito de maio, contra a destruição e o sucateamento da Universidade Pública.

A decisão dos docentes acontece num momento em que vários setores da população também se mobilizam contra o arrocho salarial imposto pelo Plano Verão, que causou perdas nunca antes vistas aos trabalhadores. Acontece num momento também, em que a Universidade passa por uma crise histórica, sem verbas para a manutenção de equipamentos, compra de material de ensino, manutenção de bibliotecas, etc.

A reivindicação principal do movimento docente, por isso, é de mais verbas para a educação, para que a Universidade Pública não morra, e o ensino seja aberto aos trabalhadores.

Numa forma de movimento unitário com os outros setores da comunidade universitária, os docentes devem realizar o movimento conjuntamente com os dos funcionários (em greve desde o dia 25 de abril) e dos estudantes.

Discutir as questões que afetam mais diretamente a crise da Universidade é a proposta básica desta paralisação. Por isso, já estão formadas comissões de estudos e de atividades que serão desenvolvidas durante a greve.



Um momento da Assembléia de cinco de maio

Pauta de reivindicações

- A pauta de reivindicações da greve Contra a Destruição da Universidade Pública, é a seguinte:
- **I - VERBAS** — 27,8% de OCC (Outros Custeios e Capital) às IFES, assegurados os recursos do Tesouro da União repassados em duodécimos, e mais verbas para Ciência e Tecnologia.
 - **III – SALÁRIOS** — Reposição de 95,55%, considerando estimativa de 12% do Índice do Custo de Vida calculado pelo DIEESE para abril/89, para recomposição a 19 de janeiro/88. Reajuste mensal de salários pelo ICV do DIEESE do mês anterior, e pagamento dos salários dentro do mês trabalhado.
 - **IV - APOSENTADORIA** — Pagamento imediato da aposentadoria integral e paritária com os da ativa.
 - **II – CONTRATAÇÕES** — Revogação dos decretos que proíbem contratações, abertura de concurso público para atender as necessidades das IFES e imediata contratação dos já concursados.
 - **V - CARREIRA** — Carreira única para os docentes de 19, 29 e 39 graus IFES.

Até o dia cinco de maio, doze Associações de Docentes - Seções Sindicais já haviam entrado em greve, as demais, ainda definiam sua posição nas Assembléias Gerais.

Dia quatro de maio, pela manhã, os docentes da FURG - Fundação Universidade de Rio Grande, faziam uma caminhada até Pelotas, onde aconteceu um ato público, no mesmo dia em que a UFPEL, Universidade Federal de Pelotas, entrava em greve.

Até o dia cinco de maio, assim era o

Quadro geral da mobilização

EM GREVE	1. Fundação Universidade de Rio Grande/RS 2. Univ. Federal Pelotas/RS 3. Univ. Fed. Santa Catarina 4. Univ. Fed. Viçosa/MG 5. Univ. Fed. Uberlândia/MG 6. Univ. Fed. do Acre 7. Univ. Fed. do Maranhão 8. Univ. Fed. Mato Grosso (Campus de Rondonópolis) 9. Univ. Fed. São Carlos/SP
A FAVOR GREVE (08/05)	1. Amazonas 2. Pará 3. Ciências Agrônômicas do Pará 4. Piauí, 5. Rio Grande do Norte 6. Campina Grande 7. Alagoas 8. Mato Grosso do Sul 9. Goiás 10. Brasília (UnB) 11. Belo Horizonte 12. Lavras 13. São João del Rey 14. Juiz de Fora 15. Fluminense 16. CEFET-C SF-RJ 17. Esc. Paulista de Medicina 18. Paraná 19. Rio Grande do Sul
CONTRA-GREVE 08/05	1. Uberaba 2. Unirio 3. Rural do Rio de Janeiro
NÃO DELIBERARAM	1. Ceará 2. Mossoró 3. Cajazeiras 4. João Pessoa 5. Pernambuco 6. Rural de Pernambuco 7. Sergipe 8. Bahia 9. Ouro Preto 10. Itajubá 11. Vitória 12. Rio de Janeiro 13. Santa Maria



Um momento da Assembléia de cinco de maio

As respostas do governo

Nas audiências com o MEC e o MTb, ficou bem clara a posição do Governo quanto às verbas para a Educação: falta de caixa. Na primeira audiência com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, dia 28 de abril, ficou definido o dia quatro de maio para uma resposta quanto às verbas para a Educação. Nada aconteceu. Quanto aos salários, o Governo estuda uma política salarial para os docentes, mas não cogita de reposição, pois de acordo com o Governo os salários estão “acima da média”.

AUTONOMIA

Um estudo detalhado da Autonomia Universitária é prioritário na questão das Federais, segundo o secretário da Secretaria de Ensino Superior, Edson Machado. A autonomia foi um dos assuntos levantados e discutidos durante a audiência dos representantes da ANDES-SN com a SESU e o MEC, dia 28 de abril. De acordo com o Secretário, o estudo da Autonomia Universitária poderá colocar vários itens da pauta de reivindicações do movimento

Docente no âmbito das IFES. A Secretaria de Ensino Superior está estudando a personalidade jurídica das IFES, de acordo com Machado, e pretende zerar pendência da Lei de Isonomia e não deve mexer no PUCRCE, já que, segundo ele, sua extinção está próxima. Informando que entre 1986 e 1988 o quadro de docentes das IFES diminuiu cerca de 10%, com uma queda maior nas autarquias, Machado observou que as IFES tem quadros envelhecidos porque as contratações são proibidas. Também sobre esta questão está sendo realizado um levantamento.

A autonomia universitária também foi assunto com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, no sentido de orientar as negociações com os docentes. Segundo a ministra, deve-se definir o conceito de Autonomia constante na Constituição. Se a interpretação envolver negociação salarial, verbas com as Instituições de Ensino Superior, não compete ao MTb interferir, segundo ela. A ANDES rebateu a negociação em separado por Instituição, já que a negociação coletiva é resultado histórico na luta do MD.

As medidas das administrações das IFES no RS

Com 2,5% em média de OCC para o OGU, as Universidades em todo o Brasil enfrentam praticamente os mesmos problemas, conseqüentes das faltas de recursos.

A Administração da UFPel atua em duas frentes para reverter o quadro da crise: De um lado, há propostas de medidas internas, conforme o vice-reitor Luis Henrique Schuch, que começam “numa autocrítica realizada com seriedade, para detectar onde tem falhado no desempenho do seu papel, reorientando o exercício universitário ao verdadeiro interesse público”. Uma das medidas adotadas pela UFPel neste sentido, é a política de transparência, “que dá ciência à comunidade universitária de tudo o que ocorre na Instituição”.

O professor Rolando Solis Estrada, substituto do Pró-Reitor Luis Carlos Peçanha de Oliveira, do Planejamento, da Universidade Federal de Santa Maria, observa que 95% dos problemas da Universidade são comuns. Um aspecto que complica ainda mais a situação,

entretanto, é a dificuldade com a introdução da não autonomia da Universidade na parte financeira. Não ter como gerenciar os recursos, nem nas situações emergenciais, são os problemas principais causados.

Para o reitor da FURG, Fundação Universidade de Rio Grande, Orlando Macedo Fernandes, diversos fatos se somaram e convergiram para esta situação de crise. Segundo ele, entretanto, a ação governamental deveria ser eficaz em prover a população de melhores condições de vida em todos os aspectos, sendo a educação um deles. Mas a “prioridade para a Educação só vai haver — diz ele — se a sociedade em si tornar isto prioritário.”

Para a Administração da UFPel, há uma saída para o sucateamento do ensino público. De acordo com o vice-reitor, “se a realidade é adversa e construída contra a Instituição, esta tem que buscar novas respostas para demonstrar a sua importância e assim conseguir obter a sustentação necessária para modificar a situação”.

REUNIÕES GT POLÍTICA EDUCACIONAL

A ADUFRGS realiza semanalmente reuniões do seu GT de Política Educacional, abertas à participação dos interessados em discutir este tema. Os encontros são realizados às segundas-feiras, a partir das 16h30min, na sede da ADUFRGS, à Av. João Pessoa, 409, 3.º andar. Maiores informações podem ser obtidas com a professora Leda Gobetti, pelo telefone 26-2719.

POLÍTICA EDUCACIONAL: PROPOSTAS PARA A CONSTITUINTE ESTADUAL



A ADUFRGS vem se articulando desde outubro de 1988 para organizar um grupo de professores interessados em participar na elaboração de propostas para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Já ocorreram reuniões nas quais foram analisados dois documentos: o Projeto 1258/88 do Dep. Otávio Elisio (PMDB-MG) e o anteprojeto elaborado pelo Grupo de Trabalho de Política Educacional da ANDES — Sindicato Nacional. É importante a reflexão: “As leis que vigoravam nas décadas anteriores tinham seu fundamento e sentido naquele momento histórico. Se de lá para cá as formas de educação assumiram contornos tão diferenciados, não seria possível pensar um projeto de educação mais próximo da realidade atual e futura?”... “A educação não está em crise pela falta de bons projetos, mas, sobretudo, porque práticas paralegais encontram abrigo numa política educacional marcada pelo viés de formas autoritárias clientelistas e cartoriais de gerir a coisa pública”. Estes são trechos do trabalho “LDB: Notas para um Início de Conversa”, de Osmar Favero, Walter Garcia e Sofia Vieira.

Devemos estar alertas na defesa dos princípios que norteiam o Movimento Docente. Entidades particulares, MEC, cujo ministro é Carlos Santanna, Conselho Federal de Educação, reunido com os Conselhos Estaduais, todos estão investindo na nova LDB. Como será esta lei? Dos 51 deputados da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo do Congresso Nacional, podemos contar com o apoio de 22 deputados, que tem posições mais progressistas.

Num período extremamente curto, pela limitação

do prazo, um pequeno grupo de professores da FAGED — Faculdade de Educação/UFRGS, com um representante da Diretoria da ADUFRGS, conscientes da responsabilidade que lhes cabe na elaboração da Constituinte Estadual, elaboraram oito propostas que têm em suma, o seguinte teor:

1 — O Estado deve prover, em todo o território do Rio Grande do Sul, vagas em escolas públicas em número suficiente para atender à demanda. É dever do Estado: a oferta de creches e pré-escola; o ensino fundamental obrigatório e gratuito; a oferta de ensino noturno e regular; a implantação de programas suplementares de alimentação, assistência à saúde e material didático-escolar; garantia de transporte gratuito para alunos das redes oficiais de ensino; auxílio financeiro a estudantes matriculados na rede oficial, quando a gratuidade não permitir sua permanência na escola.

2 — A Assembleia Legislativa discutirá e decidirá as questões da Educação do Estado em sua Comissão Permanente de Educação e Cultura, com a participação da comunidade. Para efeito do cumprimento deste artigo, fica extinto o Conselho Estadual de Educação.

3 — A autorização para o funcionamento das escolas privadas será dada pela comissão da Assembleia Legislativa e deve estar condicionada a: I — estabilidade no emprego para professores e funcionários; II — gestão democrática; III — aplicação de seus excedentes orçamentários na capacitação de docentes e funcionários; IV — avaliação da qualidade de ensino.

4 — Nos currículos de ensino em todos os níveis será garantida a unidade educação e trabalho numa

perspectiva de totalidade do social e realização humana integral.

5 — A unidade do currículo da escola considerará, necessariamente, a pluralidade cultural da população e os valores próprios de cada grupo étnico, resgatando à cultura negra e indígena. Parágrafo único: o ensino bilingüe será estimulado nas escolas na medida em que atenda a uma clientela significativa de origens étnicas diferentes, ou um grupo interessado em estudar determinado idioma.

5 — A gestão da escola pública e particular se fará através de um conselho de Administração constituído de: I — diretor e vice-diretor (eleitos pela comunidade escolar); II — representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar; representantes de movimentos sociais tais como associações de bairro, sindicatos, associações profissionais, etc).

6 — As escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas que receberam recursos do Estado deverão tornar público, na forma em que a lei determinar, tudo o que se refira à origem e destinação dos recursos financeiros da instituição.

7 — O Sistema Municipal de Ensino deve: I — assegurar o ensino fundamental; II — aplicar o censo com periodicidade bianual; III — utilizar através do Plano Municipal de Educação o total das verbas; IV — assegurar o ingresso de professores somente através de concurso público, obedecendo ao Plano Único de Carreira do Magistério do Estado do Rio Grande do Sul; V — garantir a representação dos professores, estudantes, entidades sindicais e de organizações populares.

GREVE DOS SERVIDORES

A ASSUFRGS deliberou por greve a partir de assembléia dia 25 de abril. A nível nacional, a FASUBRA aprovou o deliberativo de greve a partir do dia 19 de abril, por tempo indeterminado. Dezoito entidades, a nível nacional, se encontram em greve: AM, PA, FCAP, AC, MA, BA, UnB, MT, MS, GO, Uberlândia, Rural-RJ, ES, São Carlos, Pelotas, Rio Grande, Londrina, Maringá e UFRGS.

Da mesma forma que os docentes, os servidores paralisados reivindicam em primeiro lugar, mais verbas para a Educação. A pauta também reivindica 27,8% de OCC, reposição salarial, e a exigência do dia 1º de maio como data-base unificada para todos os trabalhadores da Educação.

FASUBRA, ANDES-SN e CRUB devem encaminhar ações unitárias de mobilização.

MOVIMENTO DOCENTE

Audiência ANDES-SN e MEC

A pauta de reivindicações das IFES protocolada no MEC dia 28 de março, segundo o secretário geral da SESU, Edson Machado, só chegou ao seu conhecimento dia 23 de abril, e ao conhecimento do ministro Carlos Santanna dia 24 de abril, quando a ANDES-SN teve audiência no MEC.

O encontro da Direção Nacional do Movimento Docente com o Ministério da Educação, várias vezes marcado e desmarcado, enfim, aconteceu, dia 24 de abril. Uma reunião de duas horas e meia; metade dela com a participação do ministro, que, no entanto, não trouxe respostas concretas às reivindicações.

O MEC reconhece os problemas financeiros das Ifes, diz que houve uma superestimação dos recursos próprios das Universidades no Orçamento Geral da Universidade, mas não apresenta soluções concretas. Tentando mudar o eixo das discussões, o MEC pretende não discutir a questão das verbas na relação OCC/OGU, mas trabalhar em cima das "reais necessidades das Ifes". Para isto, a SESU criou uma comissão especial para estudar a questão, que deverá apresentar resultados em meados de maio. O MEC também se comprometeu a enviar ao Congresso, na mesma semana da audiência, projeto de lei reestimando os recursos próprios e incluindo as receitas de convênios no orçamento. Segundo o secretário da SESU, o

orçamento modificado deve superar o orçamento atual.

Na segunda parte da audiência, então com a presença do ministro, a Diretoria da ANDES-SN insistiu quanto às respostas às reivindicações. Sobre a questão de mais verbas para a Universidade, o Ministro limitou-se a lembrar do seu empenho junto ao Governo, conseguindo a revogação da contenção de 50% do OGU. Quanto aos salários, disse que depende da política global do Governo, e se dispôs a conduzir as questões salariais com outros setores governamentais. Sobre contratações, informou que há necessidade de estudo detalhado sobre a questão, que também depende de uma política global do Governo. De acordo com o Ministro, a pauta de reivindicações das federais tem questões objetivas que podem ser tratadas pela SESU e outras só apreciáveis pelo Governo. A Diretoria da ANDES-SN lembrou que a crise nas Ifes se aprofunda, com três Universidades em greve. Sem respostas concretas, foi marcada nova reunião para dia 27 de abril.

No que se refere à reivindicação salarial, a pauta foi atualizada. Os docentes reivindicam 76,06% para recompor o salário ao nível de janeiro de 1988. O índice é baseado no ICV — Índice do Custo de Vida calculado pelo DIEESE.

ADUFRJ DENUNCIA "TREM DA ALEGRIA"

A Associação dos Docentes da UFRJ — Universidade Federal do Rio de Janeiro, entrou com mandado de segurança na Justiça carioca, dia 23 de março, para obter informações sobre 3.330 funcionários contratados pela Reitoria, sem concurso público.

Tratando-se de contratações que contrariam claramente a Lei da Isonomia, a ADUFRJ vinha solicitando as informações (nome, cargo, salário, data de admissão, etc) há vários meses, de forma verbal por dez vezes e duas vezes por escrito, sem contudo, obter resposta. As contratações foram feitas de julho de 1987 a outubro de 1988, e aumentaram em 40 por cento o número de funcionários que totaliza, hoje, 11.756. A presença de vários parentes de sub-reitores da lista dos contratados, foi o motivo que apressou a ADUFRJ a entrar na Justiça para exigir as informações que o reitor Horácio Macedo negou-se a fornecer. Na medida judicial, o advogado Herman Baeta, ex-presidente da OAB, invoca a Constituição, que obriga os órgãos públicos a fornecerem informações de interesse geral sobre suas atividades a qualquer cidadão.

Somente do sub-reitor de Patrimônio e Finanças,

Fernando Sampaio Amorim, foram contratados seis parentes. Foram admitidos, ainda, um filho da sub-reitora de Ensino e Graduação, Maria da Conceição Pinto de Góes, e a mulher e irmã do superintendente geral de serviços auxiliares da sub-reitoria de Pessoal, Antônio dos Santos Ramos.

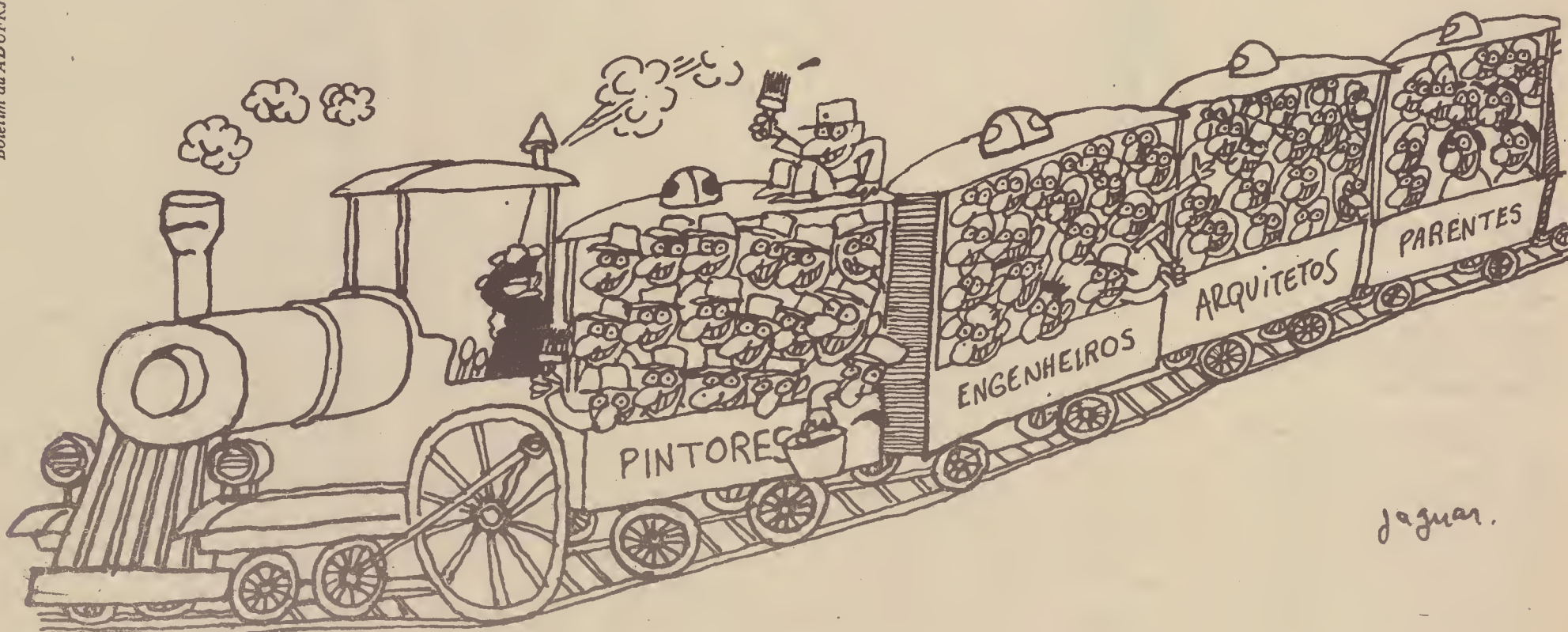
O "trem da alegria" da Administração da UFRJ ainda tem dados curiosos: dos 1.707 contratados como autônomos há, pelo menos, 68 eletricitas, 66 pedreiros, 63 pintores, 11 engenheiros e dez arquitetos. No seu Boletim mensal, a ADUFRJ compara este número com o número de trabalhadores de uma empresa particular. Usa como exemplo uma Construtora de porte médio, que está construindo hoje, no Rio, 45 mil metros quadrados de obras (seis prédios de apartamentos). A empresa tem cinco engenheiros, dois arquitetos e 25 pintores.

O reitor Horácio Macedo, em matéria no Jornal do Brasil de 23 de março, disse que as contratações "eram necessárias" e que dispunha, como Reitor, de autoridade administrativa e recursos para isto. Sobre os parentes de membros de sua administração, afirma que

foram contratados por sua competência. A "competência", por exemplo, que deve ter uma das admitidas, Eleonora Ziller Camenietzky, esposa do sub-reitor Fernando Sampaio Amorim. Ele é formada em Letras, mas foi contratada para o cargo de técnico superior de computador.

O presidente da Associação dos Docentes, na mesma matéria, coloca o objetivo do Movimento Docente quanto à política de pessoal na Universidade: "Os professores — diz — querem que os critérios de seleção de pessoal passem por ampla discussão de toda a comunidade acadêmica, pois até agora as decisões têm sido centralizadas, fechadas, gerando, por isso mesmo, um número crescente de suspeitas".

A despeito de todas as denúncias dos Docentes, entretanto, o "trem da alegria" continua, com mais contratações. O procedimento da Reitoria para admitir pessoal, é elementar, como informa o Boletim da ADUFRJ. No preenchimento da ficha de inscrição da Divisão de Seleção e Treinamento da Sub-reitoria de Pessoal, há dois itens bastante significativos: "Carta de Referência" e "Apresentado por".



CULTURA

CRISE DA CULTURA: CRISE DA SOCIEDADE, CRISE DO CAPITALISMO

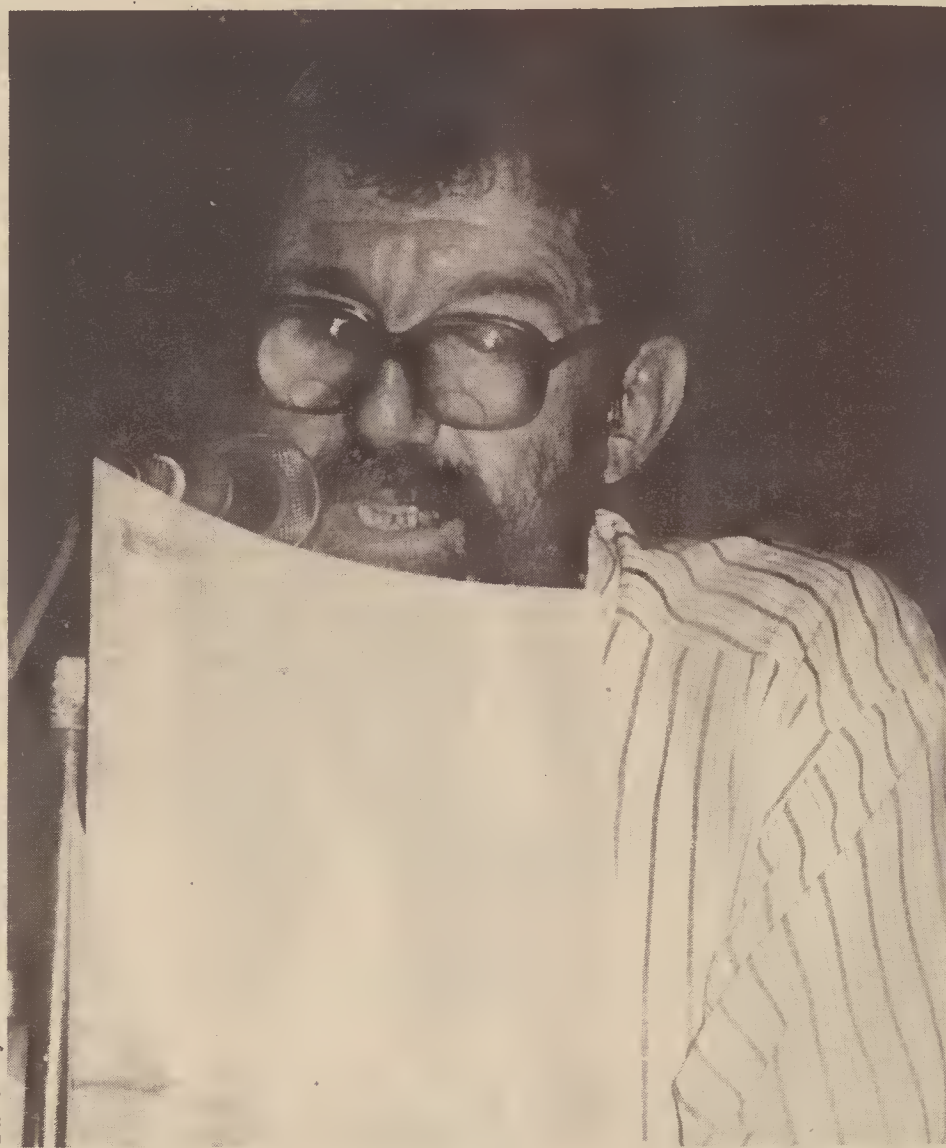
O suíço Laurent Monnier esteve em Porto Alegre, participando do II Congresso Estadual de Cultura, no final de abril, quando proferiu a palestra "A Crise na Cultura". Professor de Sociologia Política no Instituto Universitário de Estudos do Desenvolvimento, em Genebra, Monnier é um africanista, com um trabalho que abrange o nacionalismo no Zaire e em Angola, a política depois da independência e a literatura da África Central. Nesta entrevista para o ADVERSO, Monnier fala do tema central de sua palestra, a Crise na Cultura, e também sobre a produção de Literatura no Zaire pós-independência.

ADVERSO — Você acredita que esteja acontecendo, a nível mundial, uma crise de cultura? Por quê?

MONNIER — Penso que é difícil falar de uma crise da cultura a nível mundial. O que se pode dizer é que há de certa maneira, uma crise do capitalismo. Essa crise tem consequências em relação com a cultura. A História mostra que havia no passado, grupos de intelectuais, classes que queriam modificar o sistema. Essas modificações, que guardam um projeto revolucionário também de reforma, não apareciam. Aqui, pode se falar de uma certa crise. Quer dizer que o projeto cultural, o projeto da vida, da prática, parece completamente dependente de objetivos econômicos. Há algumas pessoas que pensam que a economia, o materialismo, o fazer dinheiro, não é um projeto. Penso que, de novo se deve ver que só uma categoria social pode pensar nisto. Há pessoas que não tem problemas econômicos e que podem pensar um projeto de cultura. A maioria das pessoas, o povo em geral, tem dificuldades para viver. E o primeiro projeto para elas é conseguir obter um bom salário, obter dinheiro para fazer coisas elementares. Neste sentido, penso que não se pode falar realmente numa crise da cultura. As pessoas que vivem lutando pela sobrevivência, vivem num meio cultural onde a cultura é parte da vida.

ADVERSO — Em sua palestra, você desdobra a crise da cultura em dois planos. Ela poderia ser uma crise da sociedade, que pode ser encarada como uma crise dos intelectuais, uma crise do saber; ou uma crise das classes dirigentes, uma crise dos políticos. Gostaria de ver estes dois aspectos analisados.

MONNIER — A crise dos intelectuais talvez seja a falta de projeto da sociedade. Por exemplo, na Suíça, não há entusiasmo por uma idéia. Falta uma idéia dominante que teria mobilizado pessoas. Em 1968 havia uma idéia de criar uma nova sociedade. Agora, falta este projeto. Penso que os intelectuais sofrem com esta falta de sentido. Toda a população está vivendo numa sociedade de consumo sem projetos. Aqui no Brasil penso que realmente há uma crise. Há diferentes grupos que estão trabalhando na cultura, talvez não sejam especialistas da cultura, mas estão fazendo alguma coisa de arte, de cinema, e de diferentes



Dulce Helfner

artes, e para estas pessoas há falta de meios para desenvolver seus pequenos projetos. Penso que o Estado pode ajudar para que estes grupos tenham a possibilidade de trabalhar, primeiro, e também a possibilidade de se fazer conhecer. Aqui também penso que há uma crise dos políticos. A resposta dos políticos ao pedido de ajuda no quadro cultural é que são os grupos privados que devem fazer isto.

ADVERSO — Alguns intelectuais brasileiros traçam uma análise da crise na cultura sob o ponto de vista psicanalítico da sociedade. Como você vê este aspecto da discussão?

MONNIER — Aqui há duas coisas. A primeira coisa, me parece que, mais ou

menos como na Europa, mas aqui talvez mais importante porque se conheceu a Ditadura. Quer dizer, mais uma crise das sociedades, os políticos e os intelectuais estão angustiados porque não sabem exatamente qual vai ser o Brasil do futuro se a Ditadura vai acabar completamente, qual será a sociedade brasileira no futuro em relação com a grave crise econômica que conhece agora o País. Penso que neste sentido, é uma realidade que não seria exatamente uma crise de cultura, mas uma crise dos intelectuais com relação à política. Outra coisa são as práticas culturais que cada um encontra na sua vida cotidiana, regular. Penso que aqui, de uma certa maneira, não há crise e talvez quando há uma crise econômica, a cultura pode ser, ao contrário, valorizada, porque é uma maneira de fazer coisas para lutar contra a depressão que pode aparecer neste quadro de falta de projetos. O Congresso Estadual de Cultura até hoje,

mostra que a maioria dos participantes, são preocupados com a cultura que eles praticam na vida, no cotidiano. Aqui, não parece que há crise, ao contrário há pessoas que estão fazendo coisas no quadro da cultura e que querem ser reconhecidos e também ajudados, principalmente em relação a este projeto de um Secretariado de Cultura.

ADVERSO — Qual a sua opinião sobre a tese do filósofo francês Alain Finkielkraut, de que as trocas de experiências relativas à produção cultural não estão acontecendo no sentido que o homem não avança no seu espaço de produção cultural?

MONNIER — Esta falta de projeto de tipo humanista agora, parece que as

pessoas tem só um projeto tipicamente econômico, quer dizer, fazer dinheiro e gastar dinheiro. Finkielkraut escreve seu livro na França de 1987, 88 e 89. Tipicamente neste período, penso que é uma moda, de uma certa maneira. É verdade que há uma crise da sociedade. Dependendo dos lugares. Há uma maneira francesa que produz um pouco a antiga maneira de uma classe de intelectuais. Quanto à troca de idéias, segundo Finkielkraut, existiria uma certa morosidade num quadro dos projetos da sociedade.

ADVERSO — Qual a sua análise quanto ao papel dos intelectuais suíços dentro da produção de cultura e da crise?

MONNIER — Penso que a produção cultural na Suíça é uma questão de cantões. Aqui há Estados mais ricos que outros. E também há políticos interessados em apoiar a cultura e outros não. Aqui há falta de meios, porque o Estado não tem muito dinheiro. Na Suíça, tem uma visão que se deve deixar os impostos, cada um deve organizar o seu dinheiro da maneira que quiser. Quer dizer, esta prática não é muito favorável para os grupos culturais. Por exemplo, no cinema suíço há alguns bons diretores que devem trabalhar com a França, com a televisão. A televisão suíça deve trabalhar com televisão de outros países porque não tem meios de fazer o seu trabalho, mas existe também um teatro popular, grupos que estão a fazer um trabalho no nível comum. No Brasil, parece que há uma certa vitalidade. É inimaginável que exista um debate como este Congresso na Suíça, porque cada um pensa que o Estado não tem nenhum interesse em fazer este tipo de debate. A questão não é uma questão da atualidade. Também tem relação com a economia. Na Suíça existem classes sociais. Há pessoas mais ricas que outras. Talvez cinco por cento da população tenha problemas reais, os outros, não tem. Vivem num quadro da cultura de consumo. Penso que a diferença com o Brasil, é que aqui a crise existe. A queda da ditadura é muito recente, agora há uma crise terrível na economia. Penso que os brasileiros têm um dinamismo na criação, as pessoas não são resignadas. Na Suíça, talvez haja uma resignação, uma resignação do povo que tem uma certa riqueza e não vai utilizar esta riqueza de uma maneira positiva.

ADVERSO — Você teve experiências no Zaire e em Angola, após a revolução. Como se deu o desenvolvimento cultural, principalmente da Literatura, após a revolução nestes países?

MONNIER — O nacionalismo em Angola tem uma característica: é muito ligado com a literatura. Havia em Luanda movimentos de escritores que eram próximos ao Partido Comunista Português e que tem ligação com o Brasil. Havia uma influência da literatura brasileira, principalmente de Guimarães Rosa e Jorge Amado. Este movimento, depois, foi um movimento onde apareciam muitos escritores. Os membros do Partido Nacionalista Angolano são também escritores e poetas que têm influência da literatura portuguesa e também brasileira. Isto tem uma razão histórica, porque havia contatos de Portugal com o Brasil e não se deve esquecer que, no tempo colonial, Salvador era uma cidade importante, também pela troca de escravos.

Os representantes de 33 Associações de Docentes de IFES — Instituições Federais de Ensino Superior, reunidos em Brasília dia 29 e 30 de abril, avaliando a intransigência do Governo Federal, propuseram greve nacional das IFES, a partir de oito de maio. Uma comissão de representantes das AD's redigiram o documento abaixo, onde, a partir de uma avaliação da conjuntura, indicam a tomada de posição do Movimento Docente a nível nacional.

Greve:

A avaliação do movimento docente

O período final do Governo Sarney antecipa um agravamento inédito das condições de vida da população, em decorrência da política econômica recessiva implantada no País, que gera, entre outras coisas, desemprego e arrocho salarial jamais vistos.

A possibilidade de perda do controle do processo político, face à eleição presidencial, leva o Governo a tentar cumprir no menor prazo possível, metas impostas pelo FMI, que conduzem ao sucateamento do aparelho de Estado em inúmeras áreas de atuação, abrindo a possibilidade de investimentos lucrativos para a iniciativa privada.

Este processo é particularmente evidente nas áreas de Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia. Nesta última, uma política de incremento da dependência econômica e tecnológica evidencia-se nos cortes de financiamentos para a pesquisa, que resultam na desarticulação do sistema de pesquisa científica e tecnológica existente.

A política para o Ensino Superior Federal insere-se nesta lógica, demonstrando que os pressupostos que orientaram o Projeto GERES estão em plena atualidade. Ao inviabilizar a pesquisa, pretende o Governo incentivar uma Universidade "de ensino", seguindo o exemplo vigente nas IES — Instituições de Ensino Superior privadas, por imposição de suas respectivas mantenedoras. Ao cortar recursos de OCC — Outros Custeios e Capital, pretende o Governo uma Universidade capaz de se auto-financiar a partir da venda de serviços, criando condições para que o investimento estatal seja relativo e dirigido segundo critérios do próprio Estado.

Esta política encontra um forte obstáculo no amadurecimento do processo político interno das IFES — Instituições Federais de Ensino Superior, na sua capacidade de organização autônoma, graças às pressões da comunidade universitária, ancoradas no princípio de autonomia reconhecido na Constituição tornaram-se uma ameaça aos propósitos governamentais.

É necessário, portanto, do ponto de vista governamental, acelerar a subjugação das IFES inviabilizando-as

materialmente, ao mesmo tempo em que se implementa uma divisão do Movimento, acenando com recursos de acordo com as "reais necessidades" de cada IFE.

Em 1987, suspendemos a greve quando, ao lado da conquista do Plano de Cargos e Salários, obtivemos o compromisso ministerial, com o endosso de Sarney, de recuperar os valores de OCC. O MEC reconheceu que 15% de OCC, a ser atingido em 88, era o mínimo indispensável para a recuperação das condições de funcionamento das IFES. Este percentual chegou a 5% em 88. Para 89 está previsto 2,8%, o que significa cerca de NCz\$ 92 milhões, para a manutenção de 50 IFES. Se o Governo honrasse o compromisso assumido em 87, teríamos hoje aproximadamente NCz\$ 673 milhões, bem menos do que os NCz\$ 1.247 milhões, que são equivalentes a 27,8% do Orçamento das Universidades neste ano.

Se compararmos estes valores com os bilhões de cruzados novos que deverão ser gastos este mês, com o vencimento de títulos da dívida pública adquiridos pelo Governo durante o Plano Verão, com os cerca de 1,2 bilhões de dólares pagos mensalmente em decorrência dos serviços da dívida externa, com o orçamento para a Ferrovia Norte-Sul, com os bilhões despejados nos sumidouros da corrupção administrativa federal, veremos que estamos reivindicando muito pouco para que a Universidade dê sua contribuição ao quadro de miséria e dependência em que se encontra o País.

Por outro lado, quando constata-se que o Executivo prevê gastar com pessoal 42% da receita orçamentária prevista para 1989, bem abaixo dos 65% autorizados pela Constituição, percebe-se que não estamos em face de um limite físico de recursos orçamentários. Estamos, sim, face a uma política de Governo que aloca recursos públicos para fins que não atendem às necessidades mais prementes da população e do País, entre elas, a Educação Superior.

O comprometimento de nossos salários, que hoje têm a metade do poder aquisitivo de março de 88 é,

portanto, a contra face do arrocho orçamentário.

Ao longo dos dez anos do Movimento Docente, a defesa dos salários e das condições de trabalho na rede federal tem sido articulada com a defesa das IFES e com o princípio do financiamento público de uma Universidade que deve ser pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade. Nunca, como agora, a necessidade desta articulação ficou tão evidente.

Como forma de enfrentar a insatisfação e o desespero da população, que recorre à greve como forma extrema de, em alguns casos, lutar pelo próprio direito à sobrevivência, o Governo Sarney retrocede, na forma e no conteúdo, aos instrumentos da Ditadura. A medida provisória 50 não é outra coisa senão uma regulamentação draconiana da intervenção do Estado no direito de organização dos trabalhadores através de um decreto mal disfarçado.

Analisando esta situação, os representantes de 33 AD's federais, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de abril concluíram que, face à intransigência do Governo em não discutir concretamente nossa pauta de reivindicações, não resta outra alternativa ao MD senão a greve.

É necessário, no entanto, termos claro que esta greve se reveste de características especiais. Reivindicações relativas à OCC e salários, eixos da nossa pauta, chocam-se com a política orçamentária global do Governo em seu sentido estratégico. Daí, ser imperioso que demonstremos, desde o início, toda a força do movimento, expressa em uma ação absolutamente unitária, e que sejamos capazes de ampliar ao máximo e rapidamente o arco de alianças e apoios à mobilização junto aos mais diversos segmentos sociais. Estaremos enfrentando uma política clara de sucateamento das IFES, política esta que tem sólido apoio na Administração e em alguns setores do Legislativo Federal que, por força da Constituição, controla grande parte da política orçamentária do Governo. Trata-se, portanto, de um enfrentamento muito mais complexo, e de certa forma mais decisivo, do que a vitoriosa rejeição do Projeto GERES 86.

Não devemos esquecer que o Poder Legislativo cortou em 20% os recursos de OCC das IFES, originalmente previstos na proposta de Orçamento Geral da União encaminhado pelo Executivo.

Em suma, se em greves anteriores buscávamos no Congresso Nacional um apoio que neutralizasse — e que inúmeras vezes neutralizou — as investidas do Executivo, agora temos que redefinir uma política de negociação também com o Legislativo, que apresentará características específicas, e que certamente terá um nível de exigência muito maior sobre o MD.

Na questão dos salários, há uma clara disposição do Governo de mantê-los congelados e devemos estar preparados para eventuais tentativas de divisão do Movimento através, por exemplo, da revisão da Lei de Isonomia, via regulamentação oportunista da autonomia universitária.

É vital, portanto, que consigamos estabelecer uma sólida base de apoio às nossas reivindicações. A defesa da Universidade Pública e a retomada efetiva da campanha "SOS Universidade" serão fundamentais para a neutralização da ofensiva governamental.

Por isso mesmo deveremos defender incansavelmente a Universidade junto à opinião pública. Não faltarão investidas contra o "assembleísmo", o "cooperativismo", e o "sindicalismo universitário". Não faltarão manipulações de dados para uma opinião pública no geral desinformada sobre a Universidade e envolvida em questões imediatas que lhes afetam muito mais diretamente.

O sucesso desta greve, portanto, dependerá também da nossa capacidade de desmistificar a propaganda oficial, de demonstrar que a Universidade Pública interessa sobremaneira à população que hoje luta pelo direito a uma vida digna.

Esta será uma greve difícil, porque o momento é difícil. Esta greve é uma tomada de posição urgente e necessária de resistência por parte dos docentes das IFES. A recomendação da ANDES — Sindicato Nacional, de forma inequívoca, às Assembléias das AD's — Seções Sindicais é que devemos assumir este desafio.



DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A DESTRUIÇÃO DA UNIVERSIDADE

Comunidade universitária se reúne

Para marcar o Dia Nacional de Luta Contra a Destruição da Universidade Pública, a ADUFRGS, junto com a ASSUFRGS e o DCE convocaram uma reunião da comunidade universitária, na qual o representante da Reitoria falaria das medidas que estão sendo tomadas em relação à crise da Universidade.

A reunião lotou o salão de atos II da Reitoria da UFRGS, e teve a presença do vice-reitor e reitor em exercício, naquele momento, Tuiskon Dick. Numa exposição detalhada, Dick explicou a situação em que se encontra a Universidade, vista pela ótica da Reitoria, e as medidas que estão sendo tomadas para solucionar a crise. Os recursos de que dispõe a Universidade, em todos os campos, devem mantê-la até final de maio ou começo de junho, na avaliação da Reitoria, segundo Dick. Isso significa que a Universidade se mantém até o

final do primeiro semestre. O CRUB — Conselho de Reitores das Universidades, no entanto, continua solicitando verbas. A ANDES-SN Fasubra e UNE também se mobilizam. A Universidade não morrerá, mas ao que tudo indica, pode ficar agonizando, pelo menos enquanto não se tem uma definição dos rumos que deve tomar o Governo a ser eleito em 15 de novembro próximo.

COINCIDÊNCIA SIGNIFICATIVA

Um estudante, ao fazer o seu pronunciamento durante a reunião da comunidade universitária do dia 13 de abril, tinha em suas mãos, certamente usando para tomar notas, um papel muito conhecido durante o ano de 88 na Universidade. Tratava-se de um panfleto do candidato professor Alceu Ferrari às eleições para Reitor. O dia 13 de abril marcava exatamente um ano

Rosane Talayer de Lima



A reunião da comunidade universitária

do resultado daquelas eleições, em que Ferrari foi escolhido pela comunidade universitária como o primeiro da lista para a Reitoria. Coincidência significativa. Treze de abril marca, neste 89, o Dia Nacional de Mobilização Contra a Destruição da Universidade Pública. Coincidência ou não, foi uma boa maneira de marcar o primeiro aniversário da tentativa de construção de uma Universidade verdadeiramente pública.

O QUE ACONTECE NA UFRGS

CICLO ADUFRGS:

O cinema do professor

A ADUFRGS continua recebendo os cupons para o Ciclo "O Cinema do Professor", em que os docentes indicam os melhores filmes para participar da promoção.

Até agora, os mais votados foram: Ladrões de Bicicleta, Blade Runner, Cidadão Kane, Casablanca e Derzu Uzala.

O prazo para recebimento de cupons foi estendido para 15 de julho, a realização do Ciclo será em agosto, na Sala Redenção — Cinema Universitário.

FILMES QUE FAZEM SUA CABEÇA FAZEM NOSSO CICLO

Faça sua sugestão e assista os mais votados em agosto.

CICLO ADUFRGS: O CINEMA DO PROFESSOR

NOME DO FILME — DIRETOR — PAÍS

1 —

2 —

3 —

4 —

5 —

Faltam docentes

Entre os fatores que contribuem para a crise pela qual passa a Universidade hoje, está o congelamento de vagas para docentes. Na UFRGS, sabe-se de alguns "professores" que lecionam sem serem habilitados. Os motivos são os mais diversos: aposentadoria de docentes, não abertura de vagas e extinção de vagas. Em 1986, com 86 cursos em andamento, foram extintas 157 vagas na UFRGS. Em 1987 foram congeladas 90 vagas de docentes, das quais somente nove puderam ser recuperadas. Os dados foram fornecidos pelo vice-reitor Tuiskon Dick.

Em 1989, diversas pessoas classificadas em concurso para a docência esperam pela liberação de vagas. É o caso do mestrando Eduardo André Perondi, classificado em 19º lugar em concurso realizado em janeiro de 1988, para a docência na Escola de Engenharia Mecânica, que ainda não foi chamado. Seu caso é o de uma das vagas que foi extinta. Mesmo tendo sido aberta outra vaga, em meio daquele ano, Perondi não foi chamado. Desde então, espera pela liberação de outra vaga.

Capelas da química soltam gases tóxicos

As capelas do Instituto de Química apresentam um grave problema de remoção dos gases produzidos durante as reações. Resultado de um projeto antiquado e inadequado, adaptado a um prédio já existente, estas capelas se localizam na altura dos passeios, ao invés de se localizarem acima dos telhados. Todos que passam por lá respiram gases de alto nível de toxicidade. Fora isso, por serem equipamentos antiquados, nem sempre o motor da capela expelle estes gases, que vão se acumulando nas capelas ou nas salas de aula.

Desde que a Química mudou-se para o Campus em 81 (lá se vão oito anos!), este problema foi detectado e alguns dos professores, alunos e funcionários tem tentado uma solução. O Instituto de Química possui uma CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que atua bastante no sentido de melhorar a segurança. Segundo seu presidente, o professor Tedesco, a questão ainda não foi contornada, porque requer uma considerável verba, e as outras administrações não o consideravam prioritário. Atualmente foi instituído um grupo de trabalho para estudar soluções, mas a Universidade, com uma péssima situação financeira, só pode garantir soluções paliativas para trabalhar-se com um maior grau de segurança.

Débora Lerrer

Rosane Talayer de Lima



As capelas da Química, à altura dos passantes